

Consumidores precisam do CONSEA

O Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) é uma associação de consumidores sem fins lucrativos, que tem como missão orientar, conscientizar, defender a ética na relação de consumo e, sobretudo, defender os direitos de consumidores-cidadãos.

E é em defesa dos nossos mais de 7 mil associados que nos posicionamos favoravelmente à restauração do **Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA)**, extinto pela MP 870.

Nos últimos 31 anos, o Idec se consolidou como entidade legitimamente representante da sociedade civil nas suas demandas por criação, fortalecimento e modernização de direitos dos consumidores. Para tanto, sua **absoluta independência de partidos políticos, de empresas e de governos** é a diretriz para que possa contribuir nas discussões mais relevantes da defesa dos consumidores em âmbito federal ou local, e perante todos os poderes da República.

A construção de políticas e normas que regulam o mercado de consumo deve assegurar o equilíbrio entre fornecedores e consumidores e, para tanto, é necessário que estes estejam bem informados. Os **consumidores devem poder participar e contribuir para a formulação de políticas que possibilitem a escolha de alimentos melhores para a saúde e o meio ambiente.**

Adotar hábitos alimentares mais saudáveis e sustentáveis é muito importante, mas não depende só de decisões individuais. Acreditamos e estimulamos políticas que contribuam para a criação desses ambientes, desde **o espaço escolar** que deve propiciar alimentação mais saudável, principalmente para crianças, até às prateleiras dos **supermercados**, que devem vender produtos que possuam embalagens que exponham as informações nutricionais e de interesse do consumidor de forma mais clara e simples.

O Idec participa do CONSEA desde 2014 e tem pautado esses e outros temas, sempre trazendo dados com base em diversas pesquisas científicas que produz, aliado à experiência e proximidade de décadas com os consumidores.

O Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), do qual o CONSEA é integrante, foi incorporado ao Ministério da Cidadania que ficou com as atribuições referentes à alimentação saudável. É fundamental que o CONSEA seja retomado como parte integrante da estrutura administrativa federal, vinculado ao Ministério que assumiu sua responsabilidade regulatória.

Mais de **35 mil pessoas** já se manifestaram pela volta do Conselho e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do Ministério Público Federal (MPF) afirmou em **nota técnica** que sua extinção é inconstitucional pois cria uma “impossibilidade jurídica”, extinguindo o instrumento (CONSEA) necessário à implementação de política fundamental (Direito à Alimentação), sem criar ou realocar suas funções.

Acreditamos que a Administração Pública tem que melhorar em muitos aspectos, mas, reduzir o diálogo com os setores afetados pelas decisões do Estado, a tornará menos eficiente. Não devemos deixar que isso aconteça. **Precisamos do CONSEA de volta.**

Ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos e convidamos a conhecer nossas pautas.